

Síntese

Consideremos o Juan. Nascido no seio de uma família pobre no México rural, a família lutou muito para lhe poder pagar a assistência médica, todos os cuidados e a educação. Com 12 anos, deixou a escola para ajudar no sustento da família. Seis anos mais tarde, Juan seguiu o tio na sua ida para o Canadá em busca de um melhor salário e de melhores oportunidades.

A esperança média de vida no Canadá é cinco anos mais elevada do que a do México e os rendimentos são três vezes melhores. Juan foi seleccionado para um trabalho temporário no Canadá, conseguiu o direito de residência e, por fim, tornou-se empresário num negócio que agora emprega canadianos nativos. Este é apenas um caso de entre milhões de pessoas todos os anos que encontram novas oportunidades e liberdades ao migrarem, beneficiando-se a si mesmas, assim como os seus locais de origem e de destino.

Consideremos agora Bhagyawati. Ela vive na zona rural de Andhra Pradesh, na Índia, e pertence a uma casta inferior. Viaja até à cidade de Bangalore com os filhos para trabalhar nas obras durante seis meses por ano, onde ganha Rs 60 (1,20 dólares americanos) por dia. Enquanto está longe de casa, os filhos não vão à escola porque esta fica demasiado longe do local da construção e, para mais, não sabem falar o idioma local. Bhagyawati não tem direito a qualquer subsídio de alimentação ou de assistência médica, e nem exerce o direito de voto, porque vive fora do distrito onde está registada. Como milhões de outros migrantes internos, dispõe de poucas opções para melhorar a sua vida para além de se mudar para uma cidade diferente em busca de melhores oportunidades.

O nosso mundo é muito desigual. As enormes diferenças em termos de desenvolvimento humano entre e dentro de cada país têm constituído um tema recorrente do Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH) desde a sua primeira publicação, em 1990. No relatório de este ano, exploramos pela primeira vez o assunto da migração. Para muitas pessoas de países em desenvolvimento, sair da sua cidade natal, ou da sua aldeia, poderá ser a melhor – ou, às vezes, a única – opção para melhorar as suas oportunidades de vida. Com efeito, essa mudança poderá melhorar bastante os seus rendimentos individuais e familiares, os níveis de educação e de participação, assim como as perspectivas futuras dos seus filhos. Mas essa alteração geográfica tem um valor para além

disso: ter-se a possibilidade de decidir onde viver é um elemento fundamental da liberdade humana.

Quando as pessoas se deslocam, quer atravessem ou não fronteiras internacionais, embarcam numa viagem de esperança e de incertezas. A maioria parte em busca de melhores oportunidades, na esperança de poder aliar os seus próprios talentos aos recursos existentes nos países de destino, obtendo, assim, benefícios para si e para a sua família mais directa, que frequentemente os acompanha ou os segue posteriormente. Se forem bem sucedidos, a sua iniciativa e os seus esforços poderão também beneficiar aqueles que deixaram para trás, bem como a sociedade no seio da qual construíram os seus novos lares. Mas nem todos são, efectivamente, bem sucedidos. Os migrantes que deixam os amigos e a família poderão vir a enfrentar a solidão, sentir que não são bem-vindos entre as pessoas que temem ou que hostilizam os estrangeiros recém-chegados, poderão perder o emprego ou adoecer e, por isso, não ser capaz de aceder aos serviços de apoio de que necessitam para prosperar.

O RDH 2009 explora o modo como melhores políticas para a mobilidade humana poderão fomentar o desenvolvimento humano. Nomeadamente, sugere-se que os governos reduzam as restrições no que respeita às deslocações, dentro dos limites do seu território e para fora dele, para assim alargar a possibilidade de escolha dos indivíduos e as próprias liberdades humanas. Nesse sentido, defende-se um conjunto de medidas práticas que poderão melhorar as perspectivas dos migrantes à chegada, o que, por sua vez, trará enormes benefícios tanto para as comunidades de destino como para os locais de origem.

Como e por que razão as pessoas se deslocam

A perspectiva que constitui tipicamente o ponto de partida de todas as discussões sobre migração é a dos fluxos que se deslocam a partir dos países em desenvolvimento em direcção aos países ricos da Europa,

A maior parte dos migrantes, internos e internacionais, consegue alcançar melhores rendimentos, melhor acesso à educação e à assistência médica e melhores perspectivas de vida para os seus filhos.

da América do Norte e da Australásia. Contudo, a maioria das deslocações no mundo não é aquela entre os países em desenvolvimento e os países desenvolvidos. Na verdade, não é sequer aquela que se verifica entre países. Com efeito, a esmagadora maioria das pessoas que se desloca fá-lo dentro do seu próprio país. Para usar uma definição conservadora, estimamos que aproximadamente 740 milhões de pessoas sejam migrantes internas – quase quatro vezes mais do que aquelas que se deslocaram internacionalmente. Entre as pessoas que se deslocaram atravessando fronteiras nacionais, pouco mais de um terço mudaram-se de um país em desenvolvimento para um país desenvolvido – menos de 70 milhões de pessoas. A maioria dos 200 milhões de migrantes internacionais do mundo mudou-se de um país em desenvolvimento para outro, ou entre países desenvolvidos.

A maior parte dos migrantes, internos e internacionais, consegue alcançar melhores rendimentos, melhor acesso à educação e à assistência médica e melhores perspectivas de vida para os seus filhos. Estudos realizados sobre os migrantes dão conta que a maioria afirma sentir-se feliz nos seus países de destino, apesar de uma série de reajustes e obstáculos que se prendem tipicamente com a própria mudança. Uma vez estabelecidos, os migrantes aderem frequentemente mais a sindicatos ou a grupos religiosos e outros do que os residentes locais. Contudo, existe um outro lado da moeda e os benefícios da mobilidade não estão distribuídos de forma equitativa.

As pessoas que se deslocam por motivos de insegurança e de conflito enfrentam desafios especiais. Estima-se que existam 14 milhões de refugiados a viver fora do seu país de cidadania, os quais representam cerca de 7% dos migrantes de todo o mundo. A maioria permanece perto do país do qual fugiu e vive tipicamente em campos de refugiados até que as condições no seu país permitam o seu regresso. Porém, cerca de meio milhão por ano viajam até países desenvolvidos em busca de asilo. Um número muito superior, que ronda os 26 milhões, tem estado deslocado internamente. Estas pessoas não atravessaram quaisquer fronteiras, mas podem enfrentar especiais dificuldades longe de casa, num país fragmentado pelo conflito ou devastado por desastres naturais. Outro grupo vulnerável consiste em pessoas – principalmente mulheres jovens – que foram traficadas. Muitas vezes enganadas com promessas de uma vida melhor, a sua deslocação não se dá de livre vontade mas por coação, muitas vezes acompanhada de violência e abuso sexual.

Todavia, em geral, as pessoas mudam-se por sua livre vontade, para lugares com melhores condições. Mais de três quartos dos migrantes internacionais vão para um país com um nível mais elevado de desenvolvimento humano do que o do seu país de origem. Porém, são significativamente restringidos por políticas que impõem obstáculos à sua entrada e pela escassez de recursos disponíveis que lhes permitam a deslocação. As pessoas de países pobres são as que menos se mudam: por exemplo, o número de africanos que se mudou para a Europa é inferior a 1%. Com efeito, a história e as evidências actuais sugerem que o desenvolvimento e a migração andam de mãos dadas: a taxa mediana de emigração num país com desenvolvimento humano baixo é inferior a 4%, ao passo que em países com níveis elevados de desenvolvimento humano é superior a 8%.

Obstáculos à deslocação

A taxa de migrantes internacionais entre a população mundial tem-se mantido notavelmente estável em cerca de 3% nos últimos 50 anos, embora se pudesse esperar, dada a existência de determinados factores, um aumento no fluxo. As tendências demográficas – a saber, uma população envelhecida nos países desenvolvidos e populações jovens, em crescimento, nos países em desenvolvimento – e as crescentes oportunidades de emprego, aliadas a comunicações e transportes mais baratos, fizeram aumentar o desejo de migração. No entanto, aqueles que procuram migrar têm encontrado cada vez mais obstáculos à sua deslocação em virtude das políticas dos governos. Efectivamente, para além de o número de estados-nação ter quadruplicado para quase 200 no século anterior, criando-se, por conseguinte, mais fronteiras para atravessar, as alterações nas políticas dos países continuaram a limitar a escala das migrações, mesmo quando as barreiras ao comércio se abriram.

Os obstáculos à mobilidade são especialmente grandes para as pessoas pouco qualificadas, apesar de muitos países ricos procurarem os seus serviços. As políticas favorecem geralmente a admissão dos mais instruídos, por exemplo, ao permitir que os estudantes permaneçam no país após completarem os seus graus académicos e ao convidar determinados profissionais a estabelecerem-se com as suas famílias. Mas os governos tendem a ser muito mais ambivalentes relativamente a trabalhadores pouco qualificados, cujo estatuto e trato deixam muito a desejar. Em muitos países, os sectores da agricultura, da construção, da produção fabril e dos serviços abrangem postos de trabalho que

são preenchidos por esses migrantes. Porém, os governos procuram muitas vezes manter as pessoas menos instruídas em circulação para dentro e para fora do país, tratando por vezes os trabalhadores temporários que não estão devidamente legalizados como a água de uma torneira que se pode abrir e fechar à vontade. Estima-se que 50 milhões de pessoas estejam a viver e a trabalhar no estrangeiro com um estatuto irregular. Alguns países, tais como a Tailândia e os Estados Unidos, toleram um elevado número de trabalhadores não autorizados. Isso permite-lhes aceder a empregos mais bem remunerados do que os que conseguem nos seus países mas, apesar de frequentemente realizarem o mesmo trabalho e pagarem os mesmos impostos que os residentes nativos, poderão não ter acesso a serviços básicos, correndo também o risco de serem deportados. Alguns governos, tais como o de Itália e de Espanha, reconheceram que os migrantes não qualificados contribuem para as suas sociedades, pelo que regularizaram aqueles que tinham trabalho. Outros países ainda, tais como o Canadá e a Nova Zelândia, têm programas de migrantes sazonais bem definidos para sectores como o da agricultura.

De facto, há um amplo consenso sobre o valor da migração qualificada para os países de destino. Contrariamente, os trabalhadores migrantes com poucas qualificações geram muita controvérsia. De um modo geral, embora alguns acreditem que estes migrantes venham efectivamente preencher postos de trabalho vagos, entre outros persiste a ideia de que vêm sobretudo roubar o emprego a trabalhadores nativos e são, para além disso, responsáveis pela redução dos níveis salariais. Entre outras preocupações manifestadas perante os fluxos de entrada de migrantes, tem-se apontado um maior risco de criminalidade, uma acrescida sobrecarga para as infra-estruturas dos serviços locais e o receio de se perder coesão social e cultural. Mas estas preocupações revelam-se muitas vezes desmesuradas. Embora as investigações evidenciem a possibilidade de a migração, em determinadas circunstâncias, ter efeitos negativos nos trabalhadores nativos com as mesmas qualificações, o conjunto de factos apurados sugere que estes efeitos são geralmente pouco significativos e podem, em alguns contextos, ser totalmente inexistentes.

Os argumentos a favor da mobilidade

Este relatório defende que os migrantes aumentam a produtividade económica, com um custo irrelevante ou inexistente para os cidadãos nativos. Efectivamente, os efeitos positivos poderão ser muito

abrangentes – por exemplo, quando a disponibilidade dos migrantes para a prestação de serviços de cuidados infantis permite que as mães trabalhem fora de casa. À medida que os migrantes adquirem a língua e outras competências necessárias para progredir nos seus níveis de rendimento, muitos integram-se muito naturalmente, fazendo com que os receios relativamente à actual chegada de estrangeiros culturalmente inassimiláveis no país – semelhantes àqueles manifestados no início do século XX na América face aos irlandeses, por exemplo – pareçam infundados. Todavia, é também verdade que muitos migrantes enfrentam desvantagens sistemáticas, que lhes dificultam ou os impossibilitam de obter o mesmo acesso que os nativos têm aos serviços locais. Este problema afigura-se especialmente grave no que diz respeito aos trabalhadores temporários e em situação irregular.

Nos países de origem dos migrantes, os impactos das deslocações são sentidos sob a forma de mais elevados rendimentos, maior consumo, melhor educação e condições de saúde, e um aumento geral nos níveis cultural e social. Os benefícios mais directos que comumente emergem com a mudança geográfica prendem-se com as remessas enviadas aos membros da família mais próxima. É de salientar, porém, que as repercussões desses benefícios têm um vasto alcance: ao serem gastas, as remessas levam à criação de emprego para os trabalhadores nativos. Por outro lado, verifica-se também uma alteração do próprio comportamento das pessoas, em resposta às ideias que lhes chegam do estrangeiro. Para dar um exemplo significativo, note-se como esta abertura pode levar a que se permita que as mulheres se libertem dos seus papéis tradicionais.

A natureza e a extensão destes impactos dependem de quem se desloca, de como se sai no estrangeiro e de permanecer ou não ligado às suas raízes através de fluxos de dinheiro, conhecimento e ideias. Em virtude de os migrantes tenderem a chegar em elevado número a partir de determinados locais específicos – por exemplo, de Kerala, na Índia, ou da província de Fujian, na China –, os efeitos ao nível da sua comunidade podem ser mais preponderantes do que propriamente ao nível nacional. Todavia, a longo prazo, os efeitos do fluxo de ideias fomentado pelas deslocações humanas poderão atingir tais proporções que acabam por afectar as próprias normas e estruturas sociais em todo um país. O fluxo de saída de competências é muitas vezes visto como negativo, particularmente, no que respeita à prestação de certos serviços, tais como aqueles na área da educação e da saúde. No entanto, mesmo quando é este o caso, a melhor resposta é encetar políticas que

Baixar as barreiras que se interpõem às deslocações e melhorar o tratamento dedicado àqueles que se deslocam poderão trazer grandes vantagens para o desenvolvimento humano.

As duas dimensões mais significativas da agenda da mobilidade, onde há ainda espaço para melhores políticas, são, a admissão e o tratamento.

abordem os problemas estruturais que motivaram essa saída, tais como baixos vencimentos, financiamentos inadequados e instituições fracas. Atribuir a culpa pela perda de trabalhadores qualificados aos próprios trabalhadores é uma atitude que escamoteia as verdadeiras razões pelas quais estes abandonam os seus países, e restrições à sua mobilidade serão provavelmente contra produtivas – para não mencionar o facto de que essas restrições negam o direito humano básico de alguém deixar o seu próprio país.

No entanto, a migração internacional, mesmo que politicamente bem gerida, não representa, só por si, uma estratégia de desenvolvimento humano nacional. Com poucas excepções (e sobretudo em pequenos Estados insulares, onde mais de 40% dos habitantes se deslocam para o estrangeiro), não é provável que a emigração esteja na base das perspectivas de desenvolvimento de toda uma nação. A migração é, no máximo, uma via que complementa esforços locais e nacionais mais amplos para reduzir a pobreza e melhorar o desenvolvimento humano. Estes esforços, por sua vez, continuam a ser tão cruciais como sempre foram até aqui.

Enquanto redigíamos este relatório, o mundo estava a passar pela crise económica mais grave do último meio século. Economias que se retraem e momentos caracterizados por elevadas taxas de desemprego estão a afectar milhões de trabalhadores, incluindo os migrantes. Acreditamos que a actual retracção económica deveria ser vista e aproveitada como uma oportunidade para instituir novos acordos para os migrantes – acordos que beneficiassem tanto aqueles que trabalham no seu próprio país como os que trabalham no estrangeiro, prevenindo-se uma reacção adversa proteccionista. Com a retoma, muitas das mesmas tendências que têm fomentado e influenciado as deslocações durante o último meio século surgirão novamente, levando a que mais pessoas desejem migrar. É vital que os governos comecem a pôr em prática as medidas necessárias para se prepararem para esta situação.

A nossa proposta

Baixar as barreiras que se interpõem às deslocações e melhorar o tratamento dedicado àqueles que se deslocam poderão trazer grandes vantagens para o desenvolvimento humano. É necessária uma visão vigorosa para se ter a percepção destas vantagens. Este relatório apresenta argumentos para um conjunto abrangente de reformas a colocar em prática, o qual poderá oferecer importantes benefícios aos migrantes, comunidades e países.

A nossa proposta contempla as duas dimensões mais significativas da agenda da mobilidade, onde há ainda espaço para melhores políticas, nomeadamente, a admissão e o tratamento. As reformas traçadas no nosso pacote principal têm efeitos a médio e longo prazo. Elas dirigem-se não só aos governos dos países de destino, mas também aos governos dos países de origem, a outros intervenientes fundamentais – em particular, ao sector privado, aos sindicatos e às organizações não governamentais – e aos próprios indivíduos migrantes. Embora os decisores políticos enfrentem desafios comuns, terão seguramente de conceber e implementar diferentes políticas para a migração nos seus respectivos países, de acordo com circunstâncias nacionais e locais. Não obstante, existem algumas boas práticas que se destacam e que poderão ser amplamente adoptadas.

Traçamos seis orientações essenciais no sentido da reforma que podem ser seguidas individualmente mas que, usadas em conjunto numa abordagem integrada, poderão otimizar os seus efeitos positivos no desenvolvimento humano. O alargamento dos canais de entrada existentes para que mais trabalhadores possam emigrar; a garantia de direitos básicos aos migrantes; a diminuição dos custos da migração; a procura de soluções que beneficiem tanto as comunidades de destino como os migrantes que elas acolhem; uma maior facilidade nas deslocações para pessoas que migram dentro dos limites do seu próprio país; e o tratamento da migração como um dos factores preponderantes nas estratégias de desenvolvimento nacionais são medidas que poderão oferecer contributos importantes e complementares para o desenvolvimento humano.

O pacote principal salienta dois caminhos para o alargamento dos canais de entrada mais comuns existentes:

- Recomendamos esquemas de expansão para o trabalho verdadeiramente sazonal em sectores tais como os da agricultura e do turismo, os quais já deram provas de serem eficazes em vários países. A boa prática sugere que esta intervenção deverá envolver sindicatos e entidades patronais, juntamente com os governos dos países de destino e de partida, particularmente, na concepção e aplicação de garantias de salários base, condições de saúde e de segurança e cláusulas contratuais assegurando a possibilidade de novas visitas ao país, como no caso da Nova Zelândia, por exemplo.
- Também propomos aumentar o número de vistos para pessoas pouco qualificadas, sob determinadas condições, de acordo com a procura no país de

destino. A experiência sugere que as boas práticas neste âmbito incluem: garantir que os imigrantes tenham o direito a mudar de entidade empregadora (conhecido como *portabilidade entre entidades empregadoras*), permitir que peçam o prolongamento da sua estadia e abram caminho para a eventual obtenção do direito de residência permanente, estabelecer condições que facilitem as viagens de regresso durante o período do visto e permitir a transferência de benefícios de segurança social acumulados, tal como ficou estabelecido na recente reforma decretada na Suécia.

Os países de destino deverão decidir quanto ao número desejado de indivíduos a entrar no território através de processos políticos que deixem espaço à discussão pública e ao equilíbrio entre diferentes interesses. Os mecanismos para determinar o número de indivíduos que entra no território deverão ser transparentes e assentar na respectiva procura por parte das entidades empregadoras, estabelecendo-se quotas que estejam de acordo com as condições económicas.

No destino, os imigrantes são muitas vezes tratados de formas que infringem os seus direitos humanos básicos. Mesmo que os governos não ratifiquem as convenções internacionais que protegem os trabalhadores migrantes, deverão assegurar-se de que estes usufruem dos seus plenos direitos nos locais de trabalho – a saber, igual remuneração por idêntico trabalho, condições de trabalho dignas e o direito à organização colectiva. Com efeito, poderá haver necessidade de actuarem rapidamente para suprimir a discriminação. Os governos dos países de origem e de destino deverão também considerar colaborar conjuntamente no sentido de facilitar o reconhecimento de créditos obtidos no estrangeiro.

A actual recessão tornou os migrantes particularmente vulneráveis. Alguns governos dos países de destino intensificaram a aplicação das leis da migração de formas que poderão até mesmo infringir os direitos dos migrantes. Dar aos migrantes que foram despedidos a oportunidade de procurarem outra entidade empregadora (ou, pelo menos, conceder-lhes tempo para que possam tratar de encerrar os seus assuntos antes de partirem) e divulgar o panorama do emprego – incluindo as retracções nos países de partida – são medidas que poderão mitigar os custos desproporcionais da recessão, gerados tanto por migrantes actuais como por migrantes futuros.

No que respeita às deslocações internacionais, os custos da transacção inerentes à aquisição dos documentos necessários e ao preenchimento dos requisitos

administrativos para atravessar fronteiras nacionais são muitas vezes elevados e tendencialmente regressivos (proporcionalmente mais elevados para pessoas não qualificadas e para aqueles com contratos a curto prazo), podendo ter também o efeito indesejado de encorajar as deslocações ilegais e o contrabando. Um em cada dez países apresenta custos em passaportes que excedem os 10% do rendimento *per capita*. Como seria de esperar, estes custos estão negativamente correlacionados com as taxas de emigração. Tanto os governos dos países de origem como os dos países de destino poderão simplificar os procedimentos e reduzir os custos dos documentos, à medida que ambas as partes podem também colaborar uma com a outra no sentido de melhorar e regulamentar os serviços de intermediação.

É vital assegurar que cada migrante se possa estabelecer bem ao chegar, mas também é crucial que as comunidades às quais se juntam não se sintam injustamente sobrecarregadas pelas exigências acrescidas que eles representam em serviços fundamentais. Quando esta situação coloca desafios às autoridades locais, poderão ser necessárias transferências fiscais acrescidas. Garantir que os filhos dos migrantes tenham o mesmo acesso à educação e, sempre que necessário, dar-lhes apoio para poderem recuperar os conteúdos perdidos e integrar-se na sua nova escola poderão melhorar as suas perspectivas e evitar a formação de uma classe desfavorecida. O ensino da língua é fundamental – para as crianças nas escolas, mas também para os adultos, através do local de trabalho ou através de esforços especiais no sentido de alcançar aquelas mulheres que não trabalham fora de casa. Algumas situações necessitarão de esforços mais activos do que outras no combate à discriminação, na resolução de tensões sociais e, sempre que seja relevante, na prevenção de surtos de violência contra os imigrantes. A sociedade civil e os governos têm uma experiência positiva bastante ampla na prevenção da discriminação através, por exemplo, de campanhas de consciencialização.

Apesar de a maioria dos sistemas de planeamento centralizado em todo o mundo já terem sido abandonados, um número surpreendente de governos – cerca de um terço – continua, de facto, a levantar obstáculos às deslocações internas. As restrições assumem tipicamente a forma de uma redução no fornecimento de serviços básicos e na concessão de direitos para aqueles que não estiverem registados na sua área local, discriminando assim migrantes internos, tal como ainda é o caso na China. Assegurar a equidade no fornecimento

Embora não possa substituir outros esforços de desenvolvimento mais amplos, a migração poderá constituir uma estratégia vital para os agregados familiares e as famílias que procurem diversificar e melhorar os seus padrões de vida.

de serviços básicos é uma recomendação fundamental do relatório no que respeita aos migrantes internos. O tratamento equitativo é importante para os trabalhadores temporários e sazonais e suas famílias, para as regiões para onde vão trabalhar, e também para que se possa assegurar um fornecimento de serviços dignos nos locais onde pertencem, de modo a que não se sintam compelidos a se deslocarem para obter o acesso a escolas e a serviços de assistência médica.

Embora não possa substituir outros esforços de desenvolvimento mais amplos, a migração poderá constituir uma estratégia vital para os agregados familiares e as famílias que procurem diversificar e melhorar os seus padrões de vida, especialmente em países em desenvolvimento. Os governos precisam de reconhecer este potencial e integrar a migração junto de outros aspectos das políticas para o desenvolvimento do país. Um ponto crucial que emerge a partir da experiência é a importância das condições económicas nacionais e da existência de instituições fortes no sector público que permitam alcançar os maiores benefícios da mobilidade.

O caminho em frente

Para avançar com esta agenda será necessária uma liderança forte e iluminada, aliada a um esforço mais determinado no sentido de interagir com o público e despertar as suas consciências para os factos reais da migração.

Para os países de origem, uma contemplação mais sistemática do perfil da migração e dos seus benefícios, custos e riscos ofereceria uma melhor base para integrar as deslocações nas estratégias para o desenvolvimento nacional. A emigração não é uma alternativa aos esforços internos do país no sentido de acelerar o

desenvolvimento, mas a mobilidade poderá facilitar o acesso a ideias, ao conhecimento e a recursos que poderão complementar e, em alguns casos, otimizar o progresso.

Para os países de destino, por seu lado, as questões de 'como e quando' estabelecer reformas dependerá de uma visão realista sobre as condições económicas e sociais, tendo em consideração a opinião pública e as restrições políticas aos níveis local e nacional.

A cooperação internacional, especialmente através de acordos bilaterais ou regionais, poderá conduzir a uma melhor gestão política da migração, a uma maior protecção dos direitos dos migrantes e a maiores contributos dos migrantes tanto para os países de origem como para os de destino. Algumas regiões estão a criar zonas de livre-trânsito para promover uma maior liberdade nas transacções comerciais e simultaneamente otimizar os benefícios da migração – tais como a África Ocidental e o Cone Sul da América Latina. Os alargados mercados de trabalho criados nestas regiões podem trazer benefícios substanciais aos migrantes, às suas famílias e às suas comunidades.

Existem apelos para que se crie um novo regime mundial para melhorar a gestão política da migração: com efeito, mais de 150 países já participam no Fórum Mundial sobre Migrações e Desenvolvimento. Os governos, que enfrentam desafios comuns, desenvolvem respostas comuns – uma tendência que vimos emergir enquanto preparávamos este relatório.

Em *Ultrapassar Barreiras* coloca-se firmemente a questão do desenvolvimento humano na agenda dos decisores políticos, os quais, perante padrões de deslocação humana cada vez mais complexos em todo o mundo, procuram obter os melhores resultados.